



SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. Tradução de Márcia Xavier de Brito. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2017.

DA MALDADE DA CRIATURA E DO CRIADOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE FRANKENSTEIN

Marinara de Cássia Simões de Faria¹
Universidade Federal de Alfenas
Marinara.faria@sou.unifal-mg.edu.br

[...] Criador, pedi-te porventura/Que do meu barro me fizesses homem?/Pedi-te que das trevas me tirasses [...]? (*Paraíso Perdido*, X, 740-45, John Milton).

Considerada a primeira obra de ficção científica, *Frankenstein*, de Mary Shelley, lançada em 1818, à época de forma anônima pela autora, é uma das maiores referências literárias quando ao tratarmos de diversos temas: literaturas de horror e monstruosa, autoria feminina, literatura gótica, prosa fictícia e, é claro, ficção científica. É importante salientar, no entanto, antes de nos ocuparmos da obra em específico, o contexto em que Shelley se insere, para compreendermos melhor, ainda que de forma sintetizada, os ideais filosóficos e científicos incorporados ao romance. Antes de tudo, porém, cabe ressaltar que a edição discutida na presente resenha trata-se da tradução de Márcia Xavier de Brito publicada pela DarkSide Books em 2017. A impressão conta com uma introdução feita pela tradutora; com o “Prefácio à edição de 1818”, escrito pelo poeta P. B. Shelley, esposo de Mary Shelley; com a “Introdução à edição de 1831”, escrita pela própria autora; com uma resenha da obra feita por P. B. Shelley, e, por fim, com quatro contos de Mary Shelley, a saber “Valério: o romano reanimado”, “Roger Dodsworth: o inglês reanimado”, “Transformação” e “O imortal mortal”, além de uma introdução aos contos composta por Carlos Prinati que, por sua vez, é o responsável pela tradução destes últimos textos. Ademais, a edição também dispõe de ilustrações de Andreas Vesalius, William Cowper e Pedro Franz. Diante do exposto, é notável a integridade da publicação da DarkSide Books, que oferece um generoso acervo das produções de Mary Shelley que apresentam características da ficção científica e/ou do horror, demonstrando, assim, que sua criação se estende para além de seu grande romance, do qual trataremos na presente resenha. Salienta-se, mormente, a introdução a nível filosófico feita pela tradutora. Nela, Márcia Xavier de Brito discorre, de forma leve, acerca da totalidade daquilo que envolveu a produção de *Frankenstein*, bem como expõe as diferentes edições da obra sob uma ótica analítica e traça os paralelos conjecturados entre a figura de Prometeu e a Criatura de Frankenstein.

Participe de um período histórico no qual as ideias iluministas ainda pululavam, o capitalismo se potencializava e os primeiros experimentos com

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)



eletricidade ganhavam força, Mary Shelley trouxe à luz *Frankenstein*, com título alternativo *O Prometeu Moderno*. A autora incorporou à obra o que certamente a população idealizava, mesclando novidade crítica a pensamentos e costumes já enraizados no imaginário e nos costumes populares. No século anterior, o italiano Luigi Galvani descobrira o poder da eletricidade sobre a musculatura do cadáver de um sapo, que se movia quando submetida à experimentação. Logo a descoberta de Galvani se popularizou e passou a ser aplicada em animais maiores, gerando deslumbre e assombro na população que se reunia para assistir a dissecações e eletrificações públicas de porcos e bois. Na introdução a *Frankenstein* feita por Márcia Xavier de Brito, é exposto que

[...] Alessandro Volta, em 1800, ao discordar dos experimentos de Galvani sobre a necessidade de matéria animal para a condução da eletricidade, advogou a existência de condução elétrica por diferença de potencial em meio inanimado e inventou a primeira pilha eletroquímica com cobre, zinco e ácido sulfúrico, chamada de pilha voltaica, que produzia uma corrente elétrica constante; mesmo assim, não conseguiu criar vida. Não obstante os experimentos fracassados para a geração de vida, a ideia da possibilidade de ser descoberto o seu mistério pela ciência povoava o imaginário do início do século XIX. (p. 17).

O médico e químico britânico Andrew Ure realizou seu primeiro experimento em um corpo humano em 1820, no cadáver de Matthew Clydesdale, assassino condenado à forca. À mesma época, a prática de roubo de cadáveres aumentava ao passo que a demanda de alunos nas faculdades de Medicina também crescia, uma vez que as universidades tinham como práxis a dissecação de corpos no ensino de anatomia. É nesse contexto que Mary Shelley, bem educada e filha de pais influentes, se incorpora. A jovem escritora profere críticas à filosofia da razão—ou, ao menos, ao pensamento iluminista levado a cabo de maneira exacerbada—quando concebe justamente o extremo, a ciência sem escrúpulos, e demonstra, assim, de forma fantástica, o resultado da infame empreitada. Shelley deixa clara sua ideia, e de onde ela veio, na “Introdução à edição de 1831”:

Vi [em imagem mental] o terrível espectro de um homem esticado e, então, por obra de um mecanismo potente, observei-o mostrar sinais de vida e agitar-se em um movimento desajeitado, quase vivo. Assustador; *porém, supremamente mais apavorante seria o efeito de qualquer esforço humano de escarnecer do estupendo mecanismo do Criador do mundo*. (p. 28, grifo nosso).

Deste modo, Mary Wollstonecraft, que mais tarde se tornaria Mary Shelley após a união com P. B. Shelley, cria uma história que abarca ao mesmo tempo os maiores medos e curiosidades da população, ao passo que realiza críticas sociais e filosóficas provenientes de seus próprios ideais. Pautada na ideia de ressurreição, que assombrava e, sincronicamente, acendia grandes interesse e entusiasmo no povo e na comunidade científica, a jovem Shelley concebe como personagem um jovem e promissor estudante de Medicina, Victor Frankenstein, personagem-título do



romance. A figura idealizada pela autora não apenas aplica as ideias de Galvani e Ure, como leva a cabo o intento de engendrar, a partir de diferentes partes de diversos cadáveres, uma criatura detentora de vida. Inquieto pela ideia quase cristã do “sopro da vida”, o jovem Frankenstein dedica-se exclusivamente, por um longo período, ao que considerava ser sua obra-prima. Concluindo a empreitada e deparando-se, por fim, com sua criação viva e pulsante, Victor apavora-se diante do monstro inumano com características humanas, e, no mesmo instante, arrepende-se de sua criação. A criatura de Frankenstein era, para o próprio criador, um atentado contra a natureza, e tudo no monstro lhe causava extremo pavor.

Frankenstein é narrado, em sua maior parte, pelo próprio Victor ao capitão Robert Walton, que se dirigia, pelos mares, em exploração rumo ao polo Norte. Encontrado pelo capitão e sua tripulação em um trenó à deriva após imensa penúria, o miserável homem narra, no decorrer de vinte e quatro capítulos, sua história repleta de arrependimento, desalento e medo. A obra conta, ainda, com cartas de Walton à sua irmã, que demonstram sua estupefação, traçando um paralelo com as sensações do próprio leitor, diante da história que lhe é relatada. Ao longo da narrativa, são inseridas interlocuções da própria Criatura por meio de falas diretas, o que auxilia o leitor no processo de criação de empatia para com o monstro. Ora, a opinião do criador acerca da Criatura não é nem um pouco positiva, e, se nos fosse dado conhecer somente seu ponto de vista, teríamos a visão e a experiência de leitura maculadas.

O monstro pensado por Shelley, que causa tanto medo em seu criador, não se encaixa, exatamente, na definição de monstro atribuída por Jeha (2007, p. 7): “Monstros corporificam tudo que é perigoso e horrível na experiência humana”. Pelo menos não para o leitor. A autora concebe uma criatura perfeitamente empática, inteligente, caridosa e carente: perfeitamente humana, a despeito de sua aparência grotesca e assustadora. E, à semelhança dos homens, a criatura de Frankenstein rende-se à cólera, não antes, porém, de suplicar por auxílio àquele que lhe deu vida. Victor e todos aqueles que cruzam o caminho do monstro se apavoram, ao passo que o leitor cria vínculos cada vez mais fortes não menos com a criatura que com o criador.

A Criatura de Frankenstein clama por um semelhante, o que é levado a cabo, tal como o monstro desejava, no filme *Bride of Frankenstein* (*A Noiva de Frankenstein*, no Brasil), de 1935, sob direção de James Whale. Ao retratar esse aspecto da Criatura, Mary Shelley representa com maestria também a natureza humana, novamente aproximando o monstro do homem – e, assim, do leitor. A aberração de Shelley exprime a solidão, o desajuste social, o sofrimento causado pela segregação, assim como os movimentos negativos da natureza humana que vêm à tona diante de tais situações. A partir desses movimentos, como a crescente ira do monstro e os crimes por ele cometidos em consequência, podemos tecer algumas reflexões acerca da natureza do mal. Em “Monstros como metáforas do mal”, primeiro capítulo do livro *Monstros e monstruosidades na literatura*, Julio Jeha, também organizador da obra e já citado anteriormente neste texto, disserta:



[...] uma definição de mal parece necessária [...]. Porém, como chegar a um conceito filosófico de mal se os próprios filósofos falam dele como um enigma, como um mistério impenetrável? Agostinho se debateu com o problema do mal e propôs que este é uma privação do bem e, como tal, só pode ter uma não-existência *[sic]*. [...] Uma jarra trincada, segundo Agostinho, é má porque se afasta de sua natureza, que é ser inteira e conter [...] líquido. (JEHA, 2007, p. 10).

A partir dos dizeres acima, somos direcionados a Agostinho e a seus textos compilados como *De libero arbitrio (O Livre-Arbitrio)*, em português, escritos entre os anos de 387 e 395. Com base nas ideias de Agostinho, podemos traçar paralelos diversos com a obra de Shelley, assim como refletir acerca da suposta maldade da Criatura de Frankenstein. Ora, se o mal consiste no afastamento da natureza de quem o pratica, ponderemos sobre a questão do monstro criado por Shelley: sua concepção, sua forma natural, não é natural, mas uma aberração posta à luz por Victor. Portanto, torna-se difícil definir o mal quando da ausência de uma concepção naturalmente boa, como proposta por Agostinho. Em seus excertos, o filósofo e santo católico afirma que “[...] se sabes ou acreditas que Deus é bom – e não nos é permitido pensar de outro modo –, Deus não pode praticar o mal” (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 11). Na mesma obra, Agostinho refere-se a Deus como “criador”, seguindo, conforme sua crença, a doutrina judaico-cristã: “[...] Deus, criador de todos os bens [...]” (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 112). Mary Shelley, por sua vez, usa o mesmo termo para designar Victor Frankenstein (“*creator*”, no original). Sua criatura, entretanto, não o vê como um pai bondoso, incapaz de conceber o mal, mas justamente de forma contrária, como podemos observar no capítulo XVI, no qual o desgraçado monstro desabafa: “[...] Maldito, maldito criador! Por que vivi? Por que, naquele instante, não extingui a centelha de existência que você promiscuamente me conferiu?” (p. 145).

Explicar a diferença entre o criador referido por Agostinho e o concebido por Shelley é tarefa fácil: um é uma entidade mitológica, enquanto o outro, um homem. Não é difícil adivinhar qual dos dois seria detentor de maior poder e bondade, quaisquer que sejam os conceitos de bondade abordados. Para a sociedade vitoriana em geral, com as crenças próprias da época, “brincar de Deus” mostrava-se perigoso, e, sabiamente, Mary Shelley soube transmitir os temores de seu tempo para a obra, como quando do desabafo de Victor: [...] quão perigosa é a aquisição do conhecimento e quão mais feliz é o homem que vê o mundo como sua cidade natal do que aquele que aspira tornar-se maior do que permite sua natureza (p. 69).

Deste modo, a leitura de *Frankenstein* estende-se muito além da fruição de uma obra de ficção científica e de horror, mas abarca conceitos filosóficos e sociais de suma importância tanto para a sociedade da época quanto para a sociedade atual. Temas como poder, maldade versus bondade, curiosidade mórbida, ambição, solidão, segregação, além de, é claro, medo, são assuntos tão pertinentes quanto nunca, o que faz da obra da jovem Mary Shelley – de apenas 19 anos quando da criação d’*O Prometeu Moderno* – um excelente instrumento de investigação e de conhecimento



para qualquer estudioso contemporâneo, além de possuir a qualidade essencial de qualquer romance: ser uma leitura extremamente agradável.



Referência

JEHA, Julio (org.). Monstros como metáforas do mal. In: **Monstros e monstruosidades na literatura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MILTON, John. **Paraíso Perdido**. Tradução de Antônio José de Lima Leitão. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014.

SANTO AGOSTINHO. **O Livre-Arbítrio**. 2 ed. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

Recebido em: (07/12/2021)

Aprovado em: (17/03/2022)